

PLR 2024

TRABALHADORES E TRABALHADORAS DAS BASES DA FNP REJEITAM 1ª PROPOSTA POR AMPLA MAIORIA

Categoria também aprovou pauta de SMS e estabelece estado de assembleia geral permanente após casos de mortes nas instalações da Petrobrás

As bases da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) rejeitaram por ampla maioria (virtual unanimidade) a proposta da Petrobrás para o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

referente ao exercício de 2024. As assembleias, que ocorreram de meados de outubro até a última sexta-feira, 8 de novembro, foram organizadas por todos os sindicatos filiados à FNP: Sindipetro Rio de Janeiro (RJ), Litoral Paulista (LP), Pará/Amazonas/Maranhão/Amapá (PA/AM/MA/AP), São José dos Campos (SJC) e Alagoas/Sergipe (ALSE).

Além de recusarem a pro-

posta, os trabalhadores e trabalhadoras aprovaram uma pauta conjunta de Saúde, Meio Ambiente e Segurança (SMS) com a Federação Única dos Petroleiros (FUP), que inclui a substituição de gestores bolsonaristas e a recomposição e aumento de efetivo.

Essa pauta é oriunda de uma manifestação comum e urgente das duas federações em resposta à direção da Pe-

trobras, após os quatro casos de mortes sequenciais nas instalações da empresa, no mês de outubro.

A categoria organizada nas bases da FNP, por fim, decretou estado de assembleia geral permanente, com o objetivo de garantir maior celeridade sobre novas mobilizações e paralisações, em articulação com as outras bases petroleiras.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PETROLEIROS APOIA O FIM DA ESCALA 6x1

Federação Nacional dos Petroleiros se soma à luta pela redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais

A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) declara seu apoio integral ao Movimento Vida Além do Trabalho (VAT) e à luta pela extinção da escala 6X1, que também tem por objetivo a redução da jornada máxima de trabalho para 36 horas semanais, sem redução de salários, em nosso país.

Nas últimas semanas, logo após a eleição do vereador carioca Rick Azevedo (PSOL-RJ) – trabalhador balconista de farmácia e fundador do movimento VAT –, uma inten-

sa mobilização tem ganhado repercussão nas redes sociais, e agora chegou à Câmara dos Deputados.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC), de autoria da deputada Erika Hilton (PSOL-SP), que propõe essa nova regulamentação para a CLT, avançou significativamente rumo à tramitação nas comissões daquela Casa, atingindo 194 assinaturas no dia 13 de novembro – eram necessárias 171 assinaturas para a PEC ter a sua análise de admissibilidade iniciada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A FNP repudia a desumana

escala 6X1, que representa o ápice da exploração laboral e prejudica, principalmente, os trabalhadores mais precarizados e vulneráveis que ocupam a base da pirâmide profissional.

É urgente a luta por condições de trabalho mais dignas, pelo direito ao descanso remunerado, à convivência familiar plena, ao acesso à educação, cultura e lazer, que são algumas das perspectivas que contemplam uma jornada de trabalho mais equilibrada.

O fim da escala 6X1 e a redução da jornada de trabalho são essenciais para garantir mais saúde (física e mental) e

o bem-estar de toda a classe trabalhadora brasileira.

A FNP se soma aos companheiros e companheiras do movimento VAT para colocar um fim nessa exploração desmedida da escala 6X1. Enquanto entidade nacional representativa da categoria petroleira, reafirmamos o nosso compromisso de seguir apoiando essa luta em todas as esferas e instâncias possíveis.

Juntos, todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, vamos construir um caminho mais justo e equilibrado, que culmine em uma vida digna a todos, para além do trabalho!

FNP E PETROBRÁS DISCUTEM INSCRIÇÃO OBRIGATÓRIA DOS TRABALHADORES NO CFT

Companhia apresentou projeto piloto de certificação por competências que será realizado com trabalhadores das áreas de Búzios e da Reduc; FNP questionou obrigatoriedade do registro para todos os técnicos da empresa e solicitou reunião tripartite com o Conselho Federal dos Técnicos Industriais

A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e a Petrobrás se reuniram no dia 06 de novembro, para discutir a obrigatoriedade da inscrição dos trabalhadores de nível técnico no Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT).

O debate ocorre a partir da resolução 138/2021 do CFT, que define as atribuições do Técnico Industrial em Petróleo e Gás, e dá outras providências.

O encontro aconteceu após a FNP enviar ofício solicitando esclarecimentos à empresa, que apresentou um projeto piloto de certificação por competências, envolvendo 30

voluntários das áreas de Búzios e da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc).

O projeto consiste na realização de uma prova, com duração de duas horas, a ser realizada no início do próximo mês, na Universidade Petrobrás.

Os aprovados conquistarão o diploma técnico em petróleo e gás e o registro do empregado no Conselho de Classe (sendo possível realizar até mais duas tentativas, em caso de reprovação).

De acordo com os representantes da companhia, essa é uma ação “para testarmos o conteúdo e o nível de exigência”.

A Petrobrás ainda informou que o registro obrigatório no CFT deve impactar 7.914 trabalhadores da empresa – sendo 7.604 técnicos de operação, 384 técnicos de operação lastro/estabilidade e 290 técnicos de perfuração e poços.

Orientações gerais

Conforme informado pela

companhia, os trabalhadores e trabalhadoras que já possuem diploma técnico devem se registrar no CFT, apresentando o documento original e comprovando o pagamento da anuidade até dezembro de 2024.

Para os que ainda não possuem o diploma, a orientação final será dada após a conclusão do projeto piloto, provavelmente entre janeiro e fevereiro de 2025.

Os técnicos das ênfases mencionadas acima, formados na Universidade Petrobrás de 2023 em diante, já sairão com a certificação e não serão afetados pela medida.

Ademais, a Petrobrás informou sua intenção de exigir, até 2026, a mesma certificação para todos os empregados que atuam nas ênfases impactadas pela resolução (supracitadas), sejam eles com diplomas técnicos ou não, ainda que já tenham realizado certificações anteriores na própria Petro-

brás, reconhecidas pelo SENAI e pelo MEC.

A FNP questionou essa proposição, uma vez que não era essa a diretriz que vinha sendo debatida, e expressou preocupação com a legalidade da medida, solicitando uma reunião tripartite com o CFT para esclarecer o impacto sobre o conjunto da categoria petroleira que atua na Petrobrás.

A Petrobrás, por fim, garantiu que não há perspectiva de punição aos trabalhadores que possuem diploma, mas que não comprovem estar em dia com a anuidade do conselho. No entanto, reforçou que qualquer exigência nesse sentido pode partir do CFT e somente o órgão poderá esclarecer tais dúvidas.

A FNP não vai aceitar medidas abusivas por parte da Petrobrás.

A Federação Nacional dos Petroleiros entende as exigências da resolução 138/2021 do CFT, mas os direitos dos trabalhadores que atuam há anos na profissão precisam ser respeitados.

FNP SEDIA ENCONTRO DE FUNDAÇÃO DA FITELYC

A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) recepcionou no dia 18 de novembro 12 organizações sindicais internacionais da América Latina e do Caribe no centro do Rio de Janeiro, para o ato de fundação da Federação Internacional dos Trabalhadores do Setor Energético e Serviços Conexos da América Latina e Caribe (Fitelyc).

O encontro teve como premissa a apresentação formal de cada uma das

entidades e a apreciação de um primeiro estatuto para a nova organização, além de um calendário de atividades para os próximos meses e objetivos da Fytelic. Na oportunidade, os participantes também debateram a conjuntura do setor energético no continente, assim como a situação dos trabalhadores e trabalhadoras do Equador e medidas emergenciais de apoio.

Os dirigentes também deliberaram

onde ocorrerá a próxima reunião presencial da Federação Internacional dos Trabalhadores do Setor Energético e Serviços Conexos da América Latina e Caribe.

No encontro foi aprovada uma moção de solidariedade ao petroleiro e dirigente sindical equatoriano, David Almeida. Ele tem sido perseguido sistematicamente pelo governo equatoriano.